

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	14
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	31
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	32
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	33
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	716.533.334
Preferenciais	1.433.066.666
Total	2.149.600.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	705.443	662.200
1.01	Ativo Circulante	121.730	105.078
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	80.921	68.969
1.01.03	Contas a Receber	32.704	32.612
1.01.03.01	Clientes	32.704	32.612
1.01.03.01.01	Contas a Receber	2.899	3.615
1.01.03.01.02	Contas a Receber de Partes Relacionadas	29.805	28.997
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.392	3.015
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.392	3.015
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.716	293
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.997	189
1.01.08.03	Outros	2.997	189
1.02	Ativo Não Circulante	583.713	557.122
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	9.685	3.447
1.02.01.06	Tributos Diferidos	8.885	1.689
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	800	1.758
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	428	1.288
1.02.01.09.04	Outros créditos	372	470
1.02.03	Imobilizado	25.362	27.071
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	23.325	22.114
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	2.037	4.957
1.02.04	Intangível	548.666	526.604
1.02.04.01	Intangíveis	548.666	526.604
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	548.666	526.604

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	705.443	662.200
2.01	Passivo Circulante	212.732	228.928
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.654	7.692
2.01.01.01	Obrigações Sociais	777	988
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	5.877	6.704
2.01.02	Fornecedores	10.998	13.243
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	10.983	13.197
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	15	46
2.01.03	Obrigações Fiscais	33.422	67.117
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	33.422	67.117
2.01.03.01.04	Obrigações fiscais federais, estaduais e municipais a recolher	33.422	67.117
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	123.579	123.186
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	58	58
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	58	58
2.01.04.02	Debêntures	123.521	123.128
2.01.05	Outras Obrigações	17.606	16.844
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	10.213	10.026
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	10.213	10.026
2.01.05.02	Outros	7.393	6.818
2.01.05.02.04	Obrigações com o Poder Concedente	5.215	3.950
2.01.05.02.05	Outras Obrigações	2.178	2.868
2.01.06	Provisões	20.473	846
2.01.06.02	Outras Provisões	20.473	846
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção	20.473	846
2.02	Passivo Não Circulante	229.119	221.900
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	139.031	130.688
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	59	88
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	59	88
2.02.01.02	Debêntures	138.972	130.600
2.02.04	Provisões	90.088	91.212
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	541	222
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	312	139
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	229	83
2.02.04.02	Outras Provisões	89.547	90.990
2.02.04.02.04	Provisão de Manutenção	89.547	90.990
2.03	Patrimônio Líquido	263.592	211.372
2.03.01	Capital Social Realizado	136.464	136.464
2.03.04	Reservas de Lucros	28.638	74.908
2.03.04.01	Reserva Legal	23.153	23.153
2.03.04.02	Reserva Estatutária	5.485	5.485
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	46.270
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	98.490	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	173.267	345.130	173.796	339.290
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-73.195	-159.248	-78.156	-141.624
3.02.01	Custo de Construção	-27.823	-48.068	-26.766	-39.242
3.02.02	Provisão de Manutenção	-8.683	-37.029	-16.247	-32.122
3.02.03	Depreciação e amortização	-15.837	-31.555	-13.366	-26.682
3.02.04	Custos e obrigações com o poder concedente	-3.458	-7.069	-4.352	-7.670
3.02.05	Serviços	-7.860	-15.482	-6.886	-15.305
3.02.06	Custo com pessoal	-4.906	-11.635	-7.253	-14.128
3.02.07	Materiais, equipamentos e veiculos	-3.136	-5.512	-1.975	-4.054
3.02.08	Outros	-1.492	-2.898	-1.311	-2.421
3.03	Resultado Bruto	100.072	185.882	95.640	197.666
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-9.945	-19.714	-9.996	-19.127
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-10.058	-19.703	-9.990	-19.073
3.04.02.01	Serviços	-3.602	-7.269	-3.379	-6.616
3.04.02.02	Depreciação e Amortização	-417	-820	-565	-1.030
3.04.02.03	Despesas com pessoal	-3.174	-5.743	-3.944	-7.156
3.04.02.04	Materiais, Equipamentos e Veículos	-130	-287	-197	-338
3.04.02.05	Outros	-2.735	-5.584	-1.905	-3.933
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	151	155	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-38	-166	-6	-54
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	90.127	166.168	85.644	178.539
3.06	Resultado Financeiro	-8.466	-17.279	-5.363	-11.367
3.06.01	Receitas Financeiras	2.133	3.996	1.704	4.058
3.06.02	Despesas Financeiras	-10.599	-21.275	-7.067	-15.425
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	81.661	148.889	80.281	167.172
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-27.360	-50.399	-27.327	-56.814
3.08.01	Corrente	-29.138	-57.595	-30.403	-64.652
3.08.02	Diferido	1.778	7.196	3.076	7.838

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	54.301	98.490	52.954	110.358
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	54.301	98.490	52.954	110.358
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,02526	0,04582	0,02463	0,05134
3.99.01.02	PN	0,02526	0,04582	0,02463	0,05134

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	54.301	98.490	52.954	110.358
4.03	Resultado Abrangente do Período	54.301	98.490	52.954	110.358

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	119.227	140.616
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	182.705	178.709
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) líquido do período	98.490	110.358
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-7.196	-7.838
6.01.01.03	Depreciação e amortização	32.375	27.712
6.01.01.04	Resultado na baixa do ativo imobilizado	166	229
6.01.01.06	Juros e variações monetárias s/ debêntures, emprest., financ. e arrend. mercantil	19.817	11.651
6.01.01.07	Capitalização de custos de empréstimos	-3.039	-1.837
6.01.01.08	Constituição (reversão) da provisão para riscos	696	1.178
6.01.01.09	Constituição (reversão) da provisão para devedores duvidosos	0	3
6.01.01.10	Provisão de manutenção	37.029	32.122
6.01.01.11	Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	4.367	5.131
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-63.478	-38.093
6.01.02.01	Contas a receber	716	723
6.01.02.02	Partes relacionadas	-808	-488
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-377	-906
6.01.02.04	Despesas antecipadas, depósitos judiciais e outras	-3.273	465
6.01.02.06	Fornecedores	-2.245	-1.989
6.01.02.07	Partes Relacionadas	256	4.633
6.01.02.08	Obrigações sociais e trabalhistas	-1.038	-548
6.01.02.09	Imposto e contribuições a recolher e provisão para imposto de renda e cont. social	55.607	64.444
6.01.02.10	Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	-89.302	-78.942
6.01.02.13	Realização da provisão de manutenção	-23.212	-23.418
6.01.02.14	Outras contas a pagar	-690	-707
6.01.02.15	Obrigações com o poder concedente	1.265	259
6.01.02.16	Pagamentos de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários	-377	-1.619
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-49.924	-36.573
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-1.801	-2.711
6.02.02	Adição ao ativo intangível	-48.123	-33.862
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-57.351	-152.342
6.03.02	Emprést, financ, debênt e arrend mercantil - pagamento de principal	-29	-114.593
6.03.03	Emprést, financ, debênt e arrend mercantil - pagamento de juros	-11.052	-12.567
6.03.07	Dividendos pagos	-46.270	-25.182
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	11.952	-48.299
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	68.969	85.666
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	80.921	37.367

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	136.464	0	74.908	0	0	211.372
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	136.464	0	74.908	0	0	211.372
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	98.490	0	98.490
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-46.270	0	0	-46.270
5.06.05	Dividendos Propostos	0	0	-46.270	0	0	-46.270
5.07	Saldos Finais	136.464	0	28.638	98.490	0	263.592

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	129.970	0	74.405	0	0	204.375
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	129.970	0	74.405	0	0	204.375
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	110.358	0	110.358
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-25.182	0	0	-25.182
5.06.05	Dividendos Propostos	0	0	-25.182	0	0	-25.182
5.07	Saldos Finais	129.970	0	49.223	110.358	0	289.551

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/06/2014
7.01	Receitas	376.569	369.901
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	367.530	362.554
7.01.02	Outras Receitas	9.039	7.347
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-128.887	-111.616
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-30.493	-29.043
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-13.297	-11.209
7.02.04	Outros	-85.097	-71.364
7.02.04.01	Provisão de manutenção	-37.029	-32.122
7.02.04.02	Custos de Construção	-48.068	-39.242
7.03	Valor Adicionado Bruto	247.682	258.285
7.04	Retenções	-32.375	-27.712
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-32.375	-27.712
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	215.307	230.573
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.996	4.058
7.06.02	Receitas Financeiras	3.996	4.058
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	219.303	234.631
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	219.303	234.631
7.08.01	Pessoal	14.903	18.724
7.08.01.01	Remuneração Direta	11.753	13.701
7.08.01.02	Benefícios	2.388	4.308
7.08.01.03	F.G.T.S.	680	681
7.08.01.04	Outros	82	34
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	81.162	88.036
7.08.02.01	Federais	64.809	71.521
7.08.02.02	Estaduais	114	97
7.08.02.03	Municipais	16.239	16.418
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	24.748	17.513
7.08.03.01	Juros	24.269	17.117
7.08.03.02	Aluguéis	479	396
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	98.490	110.358
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	98.490	110.358

Comentário do Desempenho

ANÁLISE DE DESEMPENHO OPERACIONAL.

Abril a Junho /2015

As informações financeiras abaixo são apresentadas de acordo com a Legislação Societária e as comparações são referentes ao 2T14.

1. Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior (Veq1)

Em unidades	2ºT15	2ºT14	Var%
Veículos equivalentes (Veq1)	20.868.318	22.157.267	-5,8%
Veículos leves (Equivalentes)	4.396.816	4.354.845	1,0%
Veículos pesados (Equivalentes)	16.471.502	17.802.422	-7,5%

(Veq1) – Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

Avaliação – Variação de Tráfego (real 2015/2014)

O tráfego de veículos equivalentes apresentou um recuo de -5,8% no 2ºT15 sobre o mesmo período de 2014. Este resultado é consequência da suspensão de cobrança de eixos suspensos, prevista na Lei n. 13.103 de 02 de Março de 2015 que passou a vigorar em 17 de Abril de 2015 e interferiu diretamente no número de veículos equivalentes da categoria de pesados. A categoria de leves ficou com resultado positivo, reflexo do seu crescimento vegetativo.

A Companhia já iniciou as tratativas junto ao Poder Concedente, com o objetivo de reequilibrar as perdas de receita decorrentes da suspensão da cobrança dos eixos suspensos, na forma garantida pelo Contrato de Concessão.

2. Reajustes de tarifas de pedágio

Conforme o Contrato de Concessão 075/97 assinado entre o Estado do Paraná, por intermédio do Departamento de Estradas e Rodagem – DER e a Companhia (cláusula XIX – Do reajuste da tarifa básica), a tarifa de pedágio foi reajustada no dia 01 de dezembro de 2014, com base na variação acumulada dos índices de reajuste da fórmula paramétrica dispostos na Cláusula acima.

3. Análise do demonstrativo de resultado trimestral

Receita bruta operacional

Receita bruta operacional (R\$ mil)	2ºT15	2ºT14	Var%
Receita de pedágio	156.349	158.358	-1,3%
Receita acessórias	2.986	2.761	8,1%
Receita bruta operacional total	159.335	161.119	-1,1%

Comentário do Desempenho

Receita de construção

Receita bruta de construção(R\$ mil)	2ºT15	2ºT14	Var%
Total	27.823	26.766	3,9%

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (RI), a Companhia reconhece a receita e o custo de construção, de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção. Receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

O 2T15 apresentou um aumento da receita de construção devido às novas frentes de obras de duplicação da BR376, região de Ponta Grossa e Apucarana.

4. Receita líquida operacional

Receita operacional líquida (R\$ mil)	2ºT15	2ºT14	Var%
Receita de pedágio	156.349	158.358	-1,3%
Receita acessórias	2.986	2.761	8,1%
Tributos (PIS, Cofins, ISS)	(13.759)	(13.914)	-1,1%
Devoluções e abatimentos	(132)	(175)	-24,6%
Receita operacional líquida total	145.444	147.030	-1,1%

A Receita líquida operacional do 2T15 ficou -1,1% inferior em relação ao mesmo período do ano anterior, impactada, principalmente, pela receita de pedágio, reflexo da isenção da cobrança de eixos suspensos em veículos comerciais, iniciada em Abril/2015.

As deduções sobre a receita operacional bruta são compostas pelo recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cujo percentual é de 8,65% sobre a receita de pedágio. Os tributos recuaram em -1,1% no 2T15, em relação ao 2T14, totalizando o valor de R\$ 13.759.

5. Custos e despesas totais

Custos e despesas (R\$ mil)	2ºT15	2ºT14	Var%
Custos	73.195	78.156	-6,3%
Despesas	9.945	9.996	-0,5%
Custos e despesas totais	83.140	88.152	-5,7%

Os custos e despesas no 2T15 foram -5,7% inferiores em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação ocorrida deve-se principalmente as obras de manutenção, em valores superiores, verificadas no período anterior.

Comentário do Desempenho

6. Resultado financeiro líquido

	2ºT15	2ºT14	Var%
Receitas financeiras	2.133	1.704	25,2%
Despesas financeiras	(10.599)	(7.067)	50,0%
Resultado financeiro líquido	(8.466)	(5.363)	-57,9%

O resultado financeiro líquido no 2T15 foi de 57,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. A variação do resultado financeiro reflete o aumento de juros e variação monetária de debêntures.

7. Investimentos

A Concessionária segue cumprindo rigorosamente cronograma de Investimentos do Programa de Concessão, com destaque para as obras de duplicação da BR376, região de Ponta Grossa, a Apucarana e PR151, região de Jaguariáiva.

8. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário

Total de acidentes (unidades)	2ºT15	2ºT14	Var%
Índice de acidentes (Ia) *	1,398	1,552	-9,92%
Índice de feridos (If) ** 6	85,524	76,412	11,92%

*Ia=(Número de Acidentes x 10⁸)/(Extensão x VDM x Período)

**If=(Número de Vítimas Feridas x 10⁶)/(Extensão x VDM x Período)

Nota

As informações financeiras trimestrais (ITR) da RodoNorte Concessionária Rodovias Integradas S.A. aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

A Diretoria

Notas Explicativas

Notas explicativas às Informações Trimestrais (ITR) para o trimestre findo em 30 de junho 2015

Os saldos apresentados em Reais nestas ITR foram arredondados para o milhar, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

a. Constituição e objeto

A Companhia foi constituída em 03 de novembro de 1997 e tem por objetivo a recuperação, o melhoramento, a manutenção, a conservação, a operação e a exploração do lote n.º 05 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná, com um total de 567,8 quilômetros, mediante cobrança de pedágio, inclusive prestando serviços de socorro médico, serviços de guincho e reboque de veículos, serviços de informação ao usuário e demais atos correlatos necessários ao cumprimento do objeto, durante o prazo de 24 anos, ou seja, até 27 de novembro de 2021.

O lote n.º 05 é constituído pelas rodovias: (i) BR-376, entre Apucarana e São Luís do Purunã, passando por Ponta Grossa; (ii) BR-277, entre São Luís do Purunã e Curitiba; (iii) PR-151, entre Jaguariaíva e Ponta Grossa; e (iv) pelos trechos rodoviários de acessos àquelas rodovias.

O contrato de concessão do lote, não oneroso, prevê a obrigação de realização de investimentos.

A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 24 de junho de 1998, após a conclusão e aprovação das obras e dos serviços denominados “trabalhos iniciais”, conforme definido no Programa de Exploração do Lote e poderá ser reajustada anualmente, tendo como data-base do reajuste o mês de dezembro.

b. Outras informações relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. Entre o fim do último exercício e o semestre corrente, não ocorreram alterações substanciais no andamento dos processos divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, exceto as citadas abaixo:

i. Processo de encampação

Em 04 de julho de 2003, foi publicada a Lei n.º 14.065, autorizando o Estado do Paraná a encampar a Companhia, nos termos da legislação e contrato de concessão.

A Companhia propôs ação judicial em 22 de agosto de 2003, contra a União, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR). Os trabalhos da Comissão de Encampação estão suspensos com base em liminares concedidas em ações similares propostas pelas outras concessionárias paranaenses.

O processo encontra-se em fase de instrução.

ii. Decreto expropriatório

Em 08 de janeiro de 2004, o Governo do Paraná promulgou o Decreto n.º 2.462, declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação e aquisição do controle acionário, 100% das ações com direito a voto da Rodonorte. Em razão disso, os acionistas e a companhia ajuizaram ação em 14 de janeiro de 2004, contra a União, o DNIT, o Estado do Paraná e o DER/PR.

Em 10 de fevereiro de 2004, uma medida liminar suspendeu a eficácia do referido decreto até o julgamento final da ação. O Estado do Paraná recorreu dessa decisão liminar em três oportunidades (no STJ em 05 de maio de 2004; no pleno do STJ em 6 de maio de 2004 e na corte especial do STJ em 17 de novembro de 2004), sem resultado favorável, mantendo-se suspenso o decreto n.º 2.462/04.

Notas Explicativas

O processo encontrava-se suspenso por requerimento das partes, diante da possibilidade de acordo. Em 23 de setembro de 2013, o processo voltou a ter andamento normal e atualmente está concluso, aguardando prolação da sentença.

iii. Reajustes tarifários de 2003 a 2010

Entre os anos de 2003 e 2010, a Companhia encontrou dificuldades em conseguir junto ao DER do Estado do Paraná a autorização para aplicação do reajuste tarifário contratual, cuja data base é 1º de dezembro de cada ano; tendo sido necessário o ajuizamento de medidas judiciais para garantir esse direito. Os reajustes de 2011 a 2014 foram autorizados sem a necessidade de ação judicial.

Todos os reajustes tarifários no referido período foram aplicados de acordo com o percentual previsto em contrato, após a obtenção de liminares. As ações referentes aos reajustes de 2003 a 2009 tiveram sentenças favoráveis à Companhia. A ação relativa ao reajuste de 2010 aguarda sentença.

Em 26 de maio de 2015, foi homologado acordo celebrado pelas partes para encerrar os processos referentes aos reajustes de 2003 a 2010. Aguarda-se o trânsito em julgado da sentença que homologou o acordo.

O contrato de concessão prevê o seu reequilíbrio econômico-financeiro, ressarcindo a Companhia pelo período em que a tarifa vigorou sem o reajuste contratual.

iv. Procedimentos administrativos e Ações Judiciais sobre pavimento

O DER/PR expediu autos de infração contra a RodoNorte, no primeiro semestre de 2004, por supostas irregularidades de pavimento, que desatenderiam ao índice IGG (Índice de Gravidade Global). A mesma se defendeu, alegando que esse índice contratual somente é aplicável aos trechos rodoviários restaurados, o que não era o caso dos trechos fiscalizados. Além disso, demonstrou o cumprimento do cronograma de restauração de pavimentos. O DER/PR negou provimento e aplicou multas no valor aproximado de R\$ 16.000. A RodoNorte ajuizou ação e as multas encontram-se suspensas, liminarmente, desde 22 de agosto de 2005. O processo encontra-se na fase de instrução.

Em dezembro de 2004, o DER/PR abriu processo administrativo (Portaria nº 732/2004-DER-PR) para apuração das mesmas irregularidades, mas visando declarar a caducidade do contrato de concessão.

A RodoNorte ingressou com duas ações judiciais, sendo uma para declarar a nulidade da Portaria nº 732/2004-DER-PR a qual indevidamente instaurou processo administrativo para o fim de decretar a caducidade do contrato de concessão, e a outra para declarar a inexistência das infrações invocadas pela Portaria, alegando a duplicidade de procedimentos e penalidades decorrentes dos mesmos fatos, além de vícios formais na constituição da comissão julgadora do procedimento. Em 03 de fevereiro de 2005, foi deferida liminar na primeira ação para suspender o processo administrativo e a exigibilidade das multas aplicadas. Ambos os processos permaneceram suspensos por dois anos, período em que as partes mantiveram tratativas para um acordo nas referidas ações. Em razão do tempo decorrido, a ação que trata da nulidade da Portaria nº 732/2004-DER-PR foi julgada extinta, tendo sido interposto recurso de apelação em 10 de julho de 2013, que aguarda julgamento. Com relação à segunda ação, que trata da inexistência das infrações invocadas na Portaria, o processo encontra-se em fase de instrução.

v. Lei 13.103/2015

Em 16 de abril de 2015, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado, informando que a partir da 00h do dia 17 de abril de 2015, acatando ao previsto na Lei nº 13.103/2015, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 03 de março de 2015, regulamentada pela Resolução nº 002, de 15 de abril de 2015, da Agência Reguladora do Paraná – Agepar, deixou de cobrar as tarifas de pedágio relativas aos eixos suspensos dos caminhões que trafegam pelas rodovias sob sua administração. Informou ainda que a perda de receita decorrente da referida medida legal é passível de reequilíbrio contratual, nos termos das normas que regem a concessão.

Notas Explicativas

2. Apresentação das ITR

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei Federal nº 12.973, em conversão à MP nº 627/2013, que alterou a legislação tributária federal para adequá-la à legislação societária e às novas normas contábeis, entre outras providências, a qual foi adotada a partir de 1º de janeiro de 2015. A Administração não optou pela adoção de forma antecipada desta lei em 2014.

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais.

Estas ITR devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Em 05 de agosto de 2015 foi aprovada pela Administração da Companhia a conclusão destas ITR.

3. Principais práticas contábeis

Neste semestre não ocorreram mudanças nas principais práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

4. Determinação dos valores justos

Neste semestre não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste semestre não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

A Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 91.002, substancialmente composto por empréstimos, financiamentos e debêntures, conforme mencionado nas notas explicativas nº 13 e 14. Essas dívidas são substancialmente formadas por captações aplicadas em projetos já performados. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas para o cumprimento de suas obrigações contratuais.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixas e bancos	1.604	2.230
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	<u>79.317</u>	<u>66.739</u>
	<u>80.921</u>	<u>68.969</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa de 99,65% do CDI, equivalente a 12,57% ao ano (10,73% ao ano em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas

7. Contas a receber

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Circulante		
Receitas acessórias (a)	933	2.261
Pedágio eletrônico – outros (b)	<u>1.971</u>	<u>1.359</u>
	<u>2.904</u>	<u>3.620</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	<u>(5)</u>	<u>(5)</u>
	<u>2.899</u>	<u>3.615</u>
Não Circulante		
Receitas acessórias	<u>2.118</u>	<u>2.118</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	<u>(2.118)</u>	<u>(2.118)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>

Idade de Vencimentos dos Títulos

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Créditos a vencer	2.742	3.334
Créditos vencidos até 60 dias	29	278
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	128	3
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	5	5
Créditos vencidos há mais de 90 dias	<u>2.118</u>	<u>2.118</u>
Total de contas a receber	<u>5.022</u>	<u>5.738</u>

- (a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) prevista no contrato de concessão;
- (b) Créditos a receber decorrentes de vale pedágio;
- (c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) – É constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda da Companhia.

Notas Explicativas

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2015 a 30/06/2015	01/04/2014 a 30/06/2014	01/01/2014 a 30/06/2014
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	81.661	148.889	80.281	167.172
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(27.765)	(50.622)	(27.296)	(56.838)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Despesas com brindes e associações de classe	(9)	(26)	(13)	(26)
Despesas indedutíveis	(229)	(554)	(286)	(296)
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(127)	(163)	(203)	(255)
Incentivo fiscal de dedução do imposto de renda	770	966	471	601
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(27.360)	(50.399)	(27.327)	(56.814)
Impostos correntes	(29.138)	(57.595)	(30.403)	(64.652)
Impostos diferidos	1.778	7.196	3.076	7.838
	(27.360)	(50.399)	(27.327)	(56.814)
Alíquota efetiva de impostos	34%	34%	34%	34%

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	30/06/2015	31/12/2014
Bases ativas		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	100.444	99.156
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	722	722
Provisão para participação nos resultados (PLR)	382	901
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários	183	75
Depreciação e juros sobre arrendamento mercantil financeiro	603	587
Outras	608	359
	102.942	101.800
Bases passivas		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(93.331)	(99.385)
Outros	(726)	(726)
	(94.057)	(100.111)
Ativo diferido líquido	8.885	1.689

- (a) Saldos de diferenças temporárias de depreciação e amortização resultante da aplicação do art. 69 da lei 12.973/14 (fim do RTT).

Notas Explicativas

9. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2015 e em 31 de dezembro de 2014, assim como as transações que influenciaram os resultados dos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e coligadas.

	Transações			
	01/04/2015 a 30/06/2015		01/01/2015 a 30/06/2015	
	Serviços prestados	Intangível	Serviços prestados	Intangível
Controladora				
CCR (a)	1.310	-	2.620	-
Coligadas				
CPC (b)	1.979	-	3.959	-
J.Malucelli (e)	-	19.339	-	38.810
Total, 30 de junho de 2015	<u>3.289</u>	<u>19.339</u>	<u>6.579</u>	<u>38.810</u>
Total, 01 de abril de 2014 a 30 de junho de 2014	<u>2.842</u>	<u>22.764</u>		
Total, 01 de janeiro de 2014 a 30 de junho de 2014			<u>5.684</u>	<u>35.859</u>

	Saldos	
	Ativo	Passivo
	Conta a receber	Fornecedores e contas a pagar
Controladora		
CCR (a)	-	410
Coligadas		
CPC (b)	-	619
STP / CGMP / SGMP (c)	29.803	-
MS Vias	2	-
Andrade Gutierrez Concessões (d)	-	1.291
Camargo Corrêa S.A. (d)	-	1.142
Cesbe (d)	-	97
J.Malucelli (d) (e)	-	6.654
Total, 30 de junho de 2015	<u>29.805</u>	<u>10.213</u>
Total, 31 de dezembro de 2014	<u>28.997</u>	<u>10.026</u>

Saldos a pagar aos profissionais chaves da administração:

	30/06/2015	31/12/2014 (Reapresentado)
Remuneração dos administradores (f)	401	713

Notas Explicativas

Despesas com profissionais chaves da administração

	<u>01/04/2015 a</u> <u>30/06/2015</u>	<u>01/01/2015 a</u> <u>30/06/2015</u>	<u>01/04/2014 a</u> <u>30/06/2014</u> (Reapresentado)	<u>01/01/2014 a</u> <u>30/06/2014</u> (Reapresentado)
Remuneração:				
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	304	673	457	796
Outros benefícios:				
Provisão de participação no resultado (g)	508	650	1.046	1.198
Previdência privada	21	41	20	47
Seguro de vida	1	2	1	2
	<u>834</u>	<u>1.366</u>	<u>1.524</u>	<u>2.043</u>

Na AGO. realizada em 16 de abril de 2015, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 3.400, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.

A seguir, apresentamos as notas relacionadas aos quadros:

- Contrato de prestação de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil;
- Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil;
- Valores de tarifa de pedágio cobrados de usuários do sistema de pedágio eletrônico, os quais serão repassados para a concessionária no período subsequente;
- Retenções de parte das verbas de mobilização das empresas que foram responsáveis pela execução das obras de recuperação inicial, em função da postergação dos investimentos no cronograma contratual;
- Prestação de serviços por empreitada a preço global com vigência de 03 de setembro de 2014 a 26 de janeiro de 2016, cujo pagamento ocorre mensalmente até o 10º dia do mês seguinte ao da medição dos serviços;
- Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração: conselho de administração (somente remuneração fixa), diretoria estatutária e diretoria não estatutária;
- Parte do valor refere-se ao adicional de provisão de participação no resultado de 2014, aprovado na Assembléia Geral Ordinária de março de 2015.

10. Ativo imobilizado

		<u>30/06/2015</u>			<u>31/12/2014</u>		
	Taxa média anual de depreciação %	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Móveis e utensílios	11	2.948	(1.580)	1.368	2.847	(1.467)	1.380
Máquinas e equipamentos	15	7.955	(5.068)	2.887	7.528	(4.791)	2.737
Veículos	20	13.416	(8.050)	5.366	13.492	(7.267)	6.225
Instalações e Edificações	6	1.064	(940)	124	1.026	(933)	93
Equipamentos operacionais	13	31.646	(18.066)	13.580	28.091	(16.412)	11.679
Imobilizações em andamento	-	2.037	-	2.037	4.957	-	4.957
		<u>59.066</u>	<u>(33.704)</u>	<u>25.362</u>	<u>57.941</u>	<u>(30.870)</u>	<u>27.071</u>

Notas Explicativas

Movimentação do custo

	31/12/2014		30/06/2015			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
Móveis e utensílios	2.847	-	(28)	129	-	2.948
Máquinas e equipamentos	7.528	-	(88)	788	(273)	7.955
Veículos	13.492	-	(505)	616	(187)	13.416
Instalações e Edificações	1.026	-	-	38	-	1.064
Equipamentos operacionais	28.091	-	(27)	3.582	-	31.646
Imobilizações em andamento	4.957	2.378	-	(5.298)	-	2.037
	<u>57.941</u>	<u>2.378</u>	<u>(648)</u>	<u>(145)</u>	<u>(460)</u>	<u>59.066</u>

	31/12/2013		30/06/2014		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Movimento em 2014	<u>52.252</u>	<u>2.760</u>	<u>(574)</u>	<u>103</u>	<u>54.541</u>

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível;
- (b) Obrigação com o Poder concedente (DER), verba da polícia Rodoviária.

O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, a equipamentos e sistemas em fase de instalação.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 117 no semestre findo em 30 de junho de 2015 (R\$ 49 no trimestre findo em 30 de junho de 2014).

Movimentação da depreciação

	31/12/2014		30/06/2015	
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Saldo Final
Móveis e utensílios	(1.467)	(140)	27	(1.580)
Máquinas e equipamentos	(4.791)	(362)	85	(5.068)
Veículos	(7.267)	(1.139)	356	(8.050)
Instalações e Edificações	(933)	(7)	-	(940)
Equipamentos operacionais	(16.412)	(1.672)	18	(18.066)
	<u>(30.870)</u>	<u>(3.320)</u>	<u>486</u>	<u>(33.704)</u>

	31/12/2013		30/06/2014		
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferência (a)	Saldo Final
Movimento em 2014	<u>(25.537)</u>	<u>(3.132)</u>	<u>345</u>	<u>(8)</u>	<u>(28.332)</u>

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível;

Notas Explicativas

11. Ativo intangível

	Taxa média anual de amortização %	30/06/2015			31/12/2014		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	931.356	(384.405)	546.951	880.386	(355.786)	524.600
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	7.021	(5.340)	1.681	6.876	(4.939)	1.937
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	1.086	(1.052)	34	1.086	(1.019)	67
		<u>939.463</u>	<u>(390.797)</u>	<u>548.666</u>	<u>888.348</u>	<u>(361.744)</u>	<u>526.604</u>

(*) Amortização pela curva do benefício econômico.

Movimentação do custo

	31/12/2014		30/06/2015		
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo Final
Direitos de exploração da infraestrutura	880.386	50.976	(6)	-	931.356
Direitos de uso de sistemas informatizados	6.876	-	-	145	7.021
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.086	-	-	-	1.086
	<u>888.348</u>	<u>50.976</u>	<u>(6)</u>	<u>145</u>	<u>939.463</u>
	31/12/2013		30/06/2014		
	Saldo Inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo Final	
Movimento em 2014	790.741	41.087	(103)	831.725	

Movimentação da amortização

	31/12/2014		30/06/2015	
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Saldo Final
Direitos de exploração da infraestrutura	(355.786)	(28.621)	2	(384.405)
Direitos de uso de sistemas informatizados	(4.939)	(401)	-	(5.340)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	(1.019)	(33)	-	(1.052)
	<u>(361.744)</u>	<u>(29.055)</u>	<u>2</u>	<u>(390.797)</u>
	31/12/2013		30/06/2014	
	Saldo Inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo Final
Movimento em 2014	(310.118)	(24.580)	8	(334.690)

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 2.922 no semestre findo em 30 de junho de 2015 (R\$ 1.788 no semestre findo em 30 de junho de 2014). A taxa média de capitalização no 1º semestre de 2015 foi de 0,50% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,60% a.m. no 1º semestre de 2014.

Notas Explicativas

12. Fornecedores

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	6.074	8.253
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a)	15	46
Cauções e retenções contratuais (b)	4.909	4.944
	<u>10.998</u>	<u>13.243</u>

- a) Os saldos referem-se principalmente aos valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.
- b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas desses prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária por parte da Companhia. Em média são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

13. Financiamentos

<u>Instituições financeiras</u>	<u>Taxas contratuais</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Em moeda nacional				
Alfa S.A. (Finame)	5,5% a 7,7% a.a.	Junho de 2017	117	146 (a)
Total geral			<u>117</u>	<u>146</u>
			<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Circulante				
Total financiamentos			<u>58</u>	<u>58</u>
Não circulante				
Total financiamentos			<u>59</u>	<u>88</u>

Garantias:

- (a) Fiança / aval do acionista controlador

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>30/06/2015</u>
2016	29
2017	30
	<u>59</u>

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e vêm sendo cumpridas regularmente. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 13 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

Notas Explicativas

14. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 30/06/2015	Vencimento final	30/06/2015	31/12/2014
3a Emissão - Série única	106,40% do CDI	0,135% (c)	243	51	Novembro de 2015	122.197	121.809 (a)
4a Emissão - Série única	IPCA +5,6910% a.	0,194% (d)	1.254	1.088	Outubro de 2019	140.296	131.919 (b)
Total geral				<u>1.139</u>		<u>262.493</u>	<u>253.728</u>
						<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Circulante							
Debêntures e notas promissórias						123.822	123.490
Custos de transação						<u>(301)</u>	<u>(362)</u>
						<u>123.521</u>	<u>123.128</u>
Não Circulante							
Debêntures						139.810	131.562
Custos de transação						<u>(838)</u>	<u>(962)</u>
						<u>138.972</u>	<u>130.600</u>

- a) Não existem garantias.
- b) Fidejussória do acionista controlador.
- c) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.
- d) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>30/06/2015</u>
2019	<u><u>139.810</u></u>

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e vêm sendo cumpridas regularmente.

Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº 14 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

Notas Explicativas

15. Obrigações fiscais federais, estaduais e municipais – a recolher

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
IRPJ e CSLL	28.214	61.503
ISS	2.821	3.104
COFINS	1.595	1.718
IRRF	70	60
PIS, COFINS e CSLL retidos	211	121
PIS	346	372
ICMS	1	-
INSS Retido	164	239
	<u>33.422</u>	<u>67.117</u>

16. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e previdenciárias.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	<u>31/12/2014</u>		<u>30/06/2015</u>			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo final
Não circulante						
Cíveis e administrativos	83	225	(43)	(80)	44	229
Trabalhistas e previdenciários	139	117	-	-	56	312
	<u>222</u>	<u>342</u>	<u>(43)</u>	<u>(80)</u>	<u>100</u>	<u>541</u>

	<u>31/12/2013</u>		<u>30/06/2014</u>		
	Saldo inicial	Constituição	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo final
Movimento em 2014	<u>699</u>	<u>305</u>	<u>(831)</u>	<u>85</u>	<u>258</u>

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos, nas esferas cíveis e trabalhistas, nos montantes de R\$ 284 e R\$ 13, respectivamente.

A Companhia possui outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

Notas Explicativas

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Cíveis e administrativos	98.202	89.123
Trabalhistas e previdenciários	132	389
	<u>98.334</u>	<u>89.512</u>

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais no montante de R\$ 514 para os processos em andamento.

17. Provisão de manutenção

	<u>31/12/2014</u>		<u>30/06/2015</u>			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição de provisão a valor presente</u>	<u>Reversão do ajuste a valor presente</u>	<u>Realização</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo final</u>
Circulante	846	36.117	573	(23.212)	6.149	20.473
Não circulante	90.990	912	3.794	-	(6.149)	89.547
	<u>91.836</u>	<u>37.029</u>	<u>4.367</u>	<u>(23.212)</u>	<u>-</u>	<u>110.020</u>
	<u>31/12/2013</u>		<u>30/06/2014</u>			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição de provisão a valor presente</u>	<u>Reversão do ajuste a valor presente</u>	<u>Realização</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo final</u>
Circulante	22.681	19.900	1.480	(23.418)	261	20.904
Não circulante	58.597	12.222	3.651	-	(261)	74.209
	<u>81.278</u>	<u>32.122</u>	<u>5.131</u>	<u>(23.418)</u>	<u>-</u>	<u>95.113</u>

No 1º semestre de 2015, foram realizadas manutenções solicitadas pelo Poder Concedente.

As taxas para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2009 e de 2010 a 2014 são de 14,75% a.a., 12,34% a.a., 12,62% a.a., 8,20% a.a., 10,14% a.a. e 12,29% a.a respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

18. Patrimônio líquido**a. Dividendos**

Em 30 de março de 2015, foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 46.270 correspondentes a R\$ 0,02153 por lote de 1.000 ações à conta de reservas de retenção de lucros, pagos em 31 de março de 2015.

Notas Explicativas

b. Lucro por ação básico e diluído

	<u>01/04/2015 a</u> <u>30/06/2015</u>	<u>01/01/2015 a</u> <u>30/06/2015</u>	<u>01/04/2014 a</u> <u>30/06/2014</u>	<u>01/01/2014 a</u> <u>30/06/2014</u>
Numerador				
Lucro líquido disponível	54.301	98.490	52.954	110.358
Denominador				
Média ponderada de ações ordinárias - básico e diluído	716.533.334	716.533.334	716.533.334	716.533.334
Média ponderada de ações preferenciais- básico e diluído	1.433.066.666	1.433.066.666	1.433.066.666	1.433.066.666
Média ponderada total de ações - básico e diluído	<u>2.149.600.000</u>	<u>2.149.600.000</u>	<u>2.149.600.000</u>	<u>2.149.600.000</u>
Lucro por ação ordinária e preferencial - básico e diluído em R\$	0,02526	0,04582	0,02463	0,05134

19. Receitas

	<u>01/04/2015 a</u> <u>30/06/2015</u>	<u>01/01/2015 a</u> <u>30/06/2015</u>	<u>01/04/2014 a</u> <u>30/06/2014</u>	<u>01/01/2014 a</u> <u>30/06/2014</u>
Receitas de pedágio	156.349	319.462	158.358	323.312
Receitas de construção (ICPC 01)	27.823	48.068	26.766	39.242
Receitas acessórias	2.986	6.000	2.761	5.510
Receita bruta	<u>187.158</u>	<u>373.530</u>	<u>187.885</u>	<u>368.064</u>
Impostos sobre receitas	(13.759)	(28.104)	(13.914)	(28.399)
Devoluções e abatimentos	(132)	(296)	(175)	(375)
Deduções das receitas brutas	<u>(13.891)</u>	<u>(28.400)</u>	<u>(14.089)</u>	<u>(28.774)</u>
Receita líquida	<u><u>173.267</u></u>	<u><u>345.130</u></u>	<u><u>173.796</u></u>	<u><u>339.290</u></u>

Notas Explicativas

20. Resultado financeiro

	<u>01/04/2015 a</u> <u>30/06/2015</u>	<u>01/01/2015 a</u> <u>30/06/2015</u>	<u>01/04/2014 a</u> <u>30/06/2014</u>	<u>01/01/2014 a</u> <u>30/06/2014</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre debêntures e financiamentos	(5.912)	(11.570)	(5.323)	(11.651)
Varição Monetária sobre debêntures	(3.438)	(8.247)	-	-
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(2.913)	(4.367)	(2.636)	(5.131)
Capitalização de custos dos empréstimos	1.753	3.039	1.287	1.837
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(89)	(130)	(395)	(480)
	<u>(10.599)</u>	<u>(21.275)</u>	<u>(7.067)</u>	<u>(15.425)</u>
Receitas financeiras				
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.646	3.435	1.678	4.011
Juros e outras receitas financeiras	487	561	26	47
	<u>2.133</u>	<u>3.996</u>	<u>1.704</u>	<u>4.058</u>
Resultado financeiro	<u>(8.466)</u>	<u>(17.279)</u>	<u>(5.363)</u>	<u>(11.367)</u>

21. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas ITR da Companhia conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	<u>30/06/2015</u>			<u>31/12/2014</u>		
	<u>Valor justo</u> <u>através do</u> <u>resultado</u>	<u>Empréstimos e</u> <u>recebíveis</u>	<u>Passivo financeiro</u> <u>mensurado ao custo</u> <u>amortizado</u>	<u>Valor justo</u> <u>através do</u> <u>resultado</u>	<u>Empréstimos</u> <u>e recebíveis</u>	<u>Passivo</u> <u>financeiro</u> <u>mensurado ao</u> <u>custo</u>
Ativos						
Aplicações financeiras	79.317	-	-	66.739	-	-
Contas a receber	-	2.899	-	-	3.615	-
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	-	29.805	-	-	28.997	-
Passivos						
Financiamentos em moeda nacional	-	-	(117)	-	-	(146)
Debêntures (a)	-	-	(262.493)	-	-	(253.728)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(18.391)	-	-	(20.061)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(10.213)	-	-	(10.026)
	<u>79.317</u>	<u>32.704</u>	<u>(291.214)</u>	<u>66.739</u>	<u>32.612</u>	<u>(283.961)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Neste período não ocorreram mudanças nos métodos e premissas adotados na determinação do valor justo em relação aos divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014.

- **Debêntures mensurados ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

Notas Explicativas

	<u>30/06/2015</u>		<u>31/12/2014</u>	
	Valor contábil (a)	Valor Justo (b)	Valor contábil (a)	Valor Justo (b)
Debêntures	263.632	259.658	255.052	253.826

(a) Valores brutos dos custos de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item hierarquia de valor justo, abaixo.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&F Bovespa e Bloomberg), acrescidas dos spreads contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Aplicações financeiras	79.317	66.739

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de junho de 2016.

Notas Explicativas

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ ⁽⁴⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos Financeiros						
Debêntures	Aumento do IPC-A	Outubro de 2019	141.384	(21.199)	(24.509)	(27.820)
Debêntures	Aumento do CDI	Novembro de 2015	122.248	(6.294)	(7.795)	(9.270)
Efeito líquido				<u>(27.493)</u>	<u>(32.304)</u>	<u>(37.090)</u>
A taxa de juros considerada foi ⁽¹⁾ :						
	CDI ⁽²⁾			13,64%	17,05%	20,46%
	IPC-A ⁽³⁾			8,84%	11,05%	13,26%

- (1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo. A mesma foi utilizada nos 12 meses do cálculo;
- (2) Refere-se à taxa de 30/06/2015, divulgada pela CETIP;
- (3) Refere-se a variação anual acumulada no últimos 12 meses, divulgado pelo Banco Central do Brasil;
- (4) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 30/06/2015, quando eles não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

22. Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo da concessão. Em 30 de junho de 2015 esses compromissos totalizavam R\$ 1.127.664 (R\$ 1.202.049 em 31 de dezembro de 2014) e refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente, atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário e não incluem eventuais investimentos contingentes.

23. Demonstração do fluxo de caixa

Abaixo demonstramos os efeitos de transações que afetaram o caixa devido aos pagamentos ocorridos e as transações que não afetaram o caixa pelas compras a prazo; cujos ajustes foram efetuados nas demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios de 2015 e 2014.

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Fornecedores partes relacionadas	(69)	(702)
Fornecedores	-	(2.791)
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(69)	(3.493)
Aquisição de ativo intangível	69	3.493
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	69	3.493

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

RodoNorte - Concessionária da Rodovia Integradas S.A.

Ponta Grossa - PR

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da RodoNorte - Concessionária da Rodovia Integradas S.A. ("Companhia") contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o trimestre e semestre findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 1.b, a Companhia é parte em diversas ações judiciais movidas pelo Governo do Estado do Paraná referentes ao processo de encampação, desapropriação e reajuste de tarifas de pedágio. As informações financeiras intermediárias foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e não incluem quaisquer ajustes que seriam necessários em caso de resolução desfavorável. Nossa conclusão não está modificada em virtude desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao semestre findo em 30 de junho de 2015, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto.

São Paulo, 5 de agosto de 2015.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

João Rafael Belo de Araújo Filho

Contador

CRC nº1 SP 246752/O-6

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor ("Instrução CVM 480"), a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia ("ITR") e com as Demonstrações Financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2015.

Ponta Grossa/PR, 05 de agosto de 2015.

SR. JOSÉ ALBERTO MORAES REGO DE SOUZA MOITA

Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

SR. CLÁUDIO JOSÉ MACHADO SOARES

Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada e atualmente em vigor ("Instrução CVM 480"), a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com o conteúdo do Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia ("ITR") e com as Demonstrações Financeiras, todas relativas ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2015.

Ponta Grossa/PR, 05 de agosto de 2015.

SR. JOSÉ ALBERTO MORAES REGO DE SOUZA MOITA

Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

SR. CLÁUDIO JOSÉ MACHADO SOARES

Diretor